

3 DEZ, 1975 Lisboa

Vigilância dos bancários sobre contas de militares detidos

As contas bancárias de todos os militares presos por implicação no golpe do passado dia 25, encontram-se sob vigilância permanente. Esta decisão, tomada pela direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — e, ao que sabemos, acompanhado pelos sindicatos do centro e do norte — após um encontro com um delegado do Conselho Superior da Revolução, a pedido deste, consta de um comunicado daquela direcção, distribuído aos trabalhadores bancários, no qual se transcreve uma relação de cerca de 50 militares implicados.

Entretanto, em contacto que estabelecemos com um membro da direcção do sindicato dos bancários, soubemos que esta medida não significa congelamento, mas sim controlo e vigilância, aguardando-se para muito breve uma actualização da lista inicial. Fomos informados ainda de que esta acção está a ser coordenada por um Gabinete Técnico de Vigilância, criado pela actual direcção e inserido no controlo da banca, com o objectivo de prevenir qualquer espécie de boicotes económicos. Aquele Gabinete, que é constituído por empregados bancários com experiência polivalente, funciona em estreita ligação com as comissões de trabalhadores dos diversos bancos, pelo que toda a movimentação das contas referidas deve ser de imediato comunicado ao Gabinete.

4 DEZ. 1975

MILITARES DETIDOS: SEM VENCIMENTO

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas decidiu «congelar» as contas dos militares detidos em consequência dos acontecimentos do «25 de Novembro», após um encontro com um membro de CR.

Contactado este Sindicato em Setúbal um porta-voz confirmou-nos a vigilância que estão a exercer sobre estas contas.

Interrogado sobre se esta medida significava «congelamento das contas» o mesmo porta-voz declarou-nos que possuem listas com os no-

mes dos detidos e caso alguém queira levantar dinheiro têm de ser consultadas hierarquias superiores. Acrescentou ainda que «não são permitidas quaisquer movimentações de contas e que no fundo esta medida se podia considerar um congelamento: «a palavra congelamento é a mesma coisa», disse-nos a finalizar o elemento do Sindicato dos Bancários do Sul.

Entretanto uma fonte fidedigna informou-nos que «para já os militares detidos não receberão os vencimentos de Dezembro».

4 DEZ. 1975

Porto

CONTAS DE MILITARES DETIDOS SOB VIGILÂNCIA DOS BANCÁRIOS

Por decisão do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, as contas bancárias dos militares detidos por implicação no golpe de 25 de Novembro encontram-se sob vigilância permanente, segundo um comunicado distribuído aos respectivos trabalhadores, no qual se transcreve uma relação de cerca de 50 militares possivelmente implicados no golpe.

Esta medida, segundo um membro da Direcção do Sindicato dos Bancários, «não significa congelamento, mas sim controlo e vigilância, aguardando-se para muito breve uma actualização da lista de nomes».

A vigilância às contas dos militares está a ser coordenada por um gabinete técnico de vigilância, criado pela actual Direcção e inserido no controlo da Banca com o objectivo de prevenir qualquer espécie de boicotes económicos.

Bancários vigiam contas dos implicados no «golpe» de 25 de Novembro

À semelhança do que foi feito logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974, da «intentiona» de 28 de Setembro do mesmo ano e do «golpe» de 11 de Março de 1975, as contas bancárias de todos os militares e civis presos por implicação na conjura contra-revolucionária encontram-se sob vigilância permanente.

Esta decisão foi tomada pela Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Após um encontro com um delegado do Conselho Superior da Revolução

e a pedido deste. Os nomes dos militares constam de uma relação distribuída aos trabalhadores bancários.

Esta medida não significa, porém, congelamento, mas sim, controlo e vigilância. Por outro lado, esta acção está a ser coordenada por um «gabinete técnico de vigilância», criado pela actual direcção e inserido no controlo da banca, com o objectivo de prevenir os boicotes económicos. Este gabinete funciona em estreita ligação com as «comissões sindicais de trabalhadores» dos diversos estabelecimentos de crédito.

À medida que se processa a implicação dos militares ou civis no «golpe» de 25 de Novembro, a relação dos nomes será aumentada e actualizada.

DESMASCARAR A INTERSINDICAL E AS SUAS IMPLICAÇÕES GOLPISTAS

— objectivo de um comunicado de Sindicatos democráticos

Sob o título «Construir Uma Frente Contra as Manobras da Intersindical», o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, o Sindicato dos Jornalistas, o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul, o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, o Sindicato dos Trabalhadores de Enfermagem do Sul, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, o Sindicato da Activida-

de Cinematográfica, o Sindicato dos Técnicos de Desenho (Sul), o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Lisboa e o Secretariado das Comissões de Luta dos Professores de Lisboa (cidade) emitiram um comunicado conjunto que tem por objectivos desmascarar as actividades e as implicações golpistas da Intersindical durante os acontecimentos da tentativa falhada do 25 de Novembro e alertar os trabalhadores para a vigilância democrática de forma a barrar o caminho ao

social-fascismo ou ao fascismo. Assim, o comunicado apela para «a presença em massa nas assembleias gerais dos sindicatos, como forma de obstar às manobras golpistas que minorias antidemocráticas e totalitárias tentarão levar a cabo» e preconizar a «entrada, reentrada e permanência dos sindicatos democráticos na Intersindical, como forma de denunciarem aos trabalhadores portugueses todas as manobras que o Secretariado e os seus laços urdem, traindo trabalhadores, para servirem interesses que não são os seus».

Contra o golpismo e aventureirismo da Intersindical «progressista» dez sindicatos constroem uma frente

Reunidas em plenário, as direcções dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Lhas; dos Jornalistas; dos Trabalhadores de Seguros do Sul; dos Trabalhadores da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca; dos Trabalhadores de Enfermagem do Sul; dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa; das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul; da Actividade Cinematográfica; dos Técnicos de Desenho (Sul); dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria e Secretariado das Comissões de Luta dos Professores de Lisboa (cidade), decidem na reunião final de dia 4 do corrente: «Construir uma frente contra as manobras da Intersindical», considerando os seguintes pontos:

1—O país esteve à beira da guerra civil e ainda há quem queira retirar a responsabilidade àqueles que, aventureira e ciosamente de manobra em manobra, manipulando justas lutas dos trabalhadores não hesitaram em premir gatilhos, espalhar a morte, o caos e a confusão, situação que poderia abrir as portas ao fascismo. O Povo português vê agora a clareza quem tantas vezes falando em seu nome, não se importou mesmo de fazer verter sangue dos trabalhadores na tentativa para tomar o poder.

2—Travado este golpe social-fascista, o povo trabalhador não poderá abrandar a sua vigilância, pois que o social-imperialismo não desistirá, ainda, de impor a sua ditadura. Outro tanto terão os trabalhadores de continuar atentos ao imperialismo capitalista e às manobras do fascismo, cuja opressão sentiram na pele, para que não volte com as suas garras ferozes a aproveitar-se da ocasião que o golpe aventureirista do 25 de Novembro lhe poderia proporcionar, se os trabalhadores disso se alhearem.

3—Avançar com formas de luta capazes de manter uma situação de democracia é a única possibilidade de se caminhar de forma irreversível, para a construção da sociedade socialista. Para tanto, propomos que os trabalhadores não permitam o reagrupar de forças e a concretização

de novos acordos que possibilitem o desencadear de mais golpes. Os trabalhadores reconhecerão agora a necessidade de substituir certas direcções sindicais e outros órgãos elegendo representantes que coloquem as organizações de classe ao seu serviço. Mas ainda, deverão levar à prática o verdadeiro controlo operário.

4—A informação, controlada e manipulada pelas forças partidárias implicadas no golpe, teve papel de relevância na sua preparação. Todo o povo exigirá que a informação passe a estar realmente ao seu serviço.

5—Vem agora a Intersindical dizer que constitui «o real perigo para a democracia» o saneamento de militares e civis, que o povo sabe serem responsáveis pelo golpe aventureirista, e chega mesmo a chamá-los «pro-

gressistas». Muito se pode fazer sendo-se «progressista» no conceito da Intersindical!

Que democracia e que interesses serve o Secretariado da Intersindical, não seria necessário dizê-lo ao trabalhador. Eles sabem-no bem. E para definir a sua «democracia» não precisaria a Intersindical de ter mandado as suas instruções via telex, no próprio dia do golpe. Veja-se só:

1—Mobilização de todos os trabalhadores em todos os sectores onde seja possível com vista aos seguintes objectivos:

a) Ir para as unidades militares apoiar os militares progressistas;

b) Ir para as centrais de água e energia;

c) Ir para os postos de comunicação (Rádio, TV, Emissores Regionais e Delegações do Ministério do Trabalho, para evitar a saída de documentos reaccionários e assegurar as comunicações).

2—Cada Sindicato deve encontrar um esquema de controlo e de ligação permanente com as empresas, união e locais onde se exerça a vigilância.

a) Os delegados sindicais devem montar piquetes organizados nas empresas e assegurar a capacidade de mobilização.»

Seguiam-se várias palavras de ordem e uma anotação final do seguinte teor: «Agradecemos reforcem em especial o apoio popular à base do Montijo.»

Pretenderá a Intersindical, também ela, afirmar que não houve golpe? Querera o seu Secretariado dizer que esteve fora dele? Ainda não se apercebeu o Secretariado que a sua actuação reflecte uma série de contradições de que os trabalhadores já se aperceberam? Que são para a Intersindical «forças de esquerda»?

6—Os trabalhadores entendem por que razão a Intersindical se calou face aos saneamentos de democratas antifascistas em «O Século», no «Diário de Notícias» e em outros órgãos de informação e vêm agora, apressadamente, falar do «afastamento» de trabalhadores da E.N. e R.T.P., acusados de terem responsabilidade no golpe. Nós defendemos o direito ao trabalho e os trabalhadores saberão, eles sim, denunciar os «vendidos» que fizeram perigar o direito ao trabalho, quantas vezes expulsando, de forma selvagem, camaradas do local de trabalho para os lançar no desemprego.

7—Por último, alertamos os trabalhadores para duas necessidades que nos parecem evidentes e urgentes:

a) A presença em massa nas Assembleias Gerais dos Sindicatos, como forma de obstar às manobras golpistas, que minorias antidemocráticas e totalitárias pretenderão levar a cabo com vista a recuperação de posições.

b) A entrada, reentrada, e permanência dos sindicatos democráticos na Intersindical, como forma de denunciarem aos trabalhadores portugueses todas as manobras descaradas que o Secretariado e seus locais urdem, traindo os trabalhadores, para servir interesses que não são os seus, não correspondendo àquilo que necessariamente, terá de ser uma autêntica Central Única dos Trabalhadores.

Em frente por uma Intersindical nas mãos dos trabalhadores.

Contra o golpismo e o aventureirismo uma ampla participação dos trabalhadores. Em frente na luta por Sindicatos democráticos.»

ESCLARECIMENTO DO SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE OURIVESARIA

Um dos subscritores deste documento, o Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, distribuiu um comunicado em que dá conta da sua desvinculação a outro documento que circulou «nalguns pontos do País, e que tinha por título A LUTA CONTINUA». O comunicado termina esclarecendo que: «Dado que o conteúdo do referido documento (A Luta Continua) não transcreve o espírito que a Direcção deste Sindicato se propôs defender, vêm assim publicamente desvincular-se do referido documento.»

A Luta - 8-12-73

OS TRABALHADORES DO B. E. S. C. L. CONTRA OS OPORTUNISMOS

Em face do repúdio da maioria dos trabalhadores do sector bancário em alinhar com a greve-manobra de 24 de Novembro, uma minoria de trabalhadores do B.E.S.C.L., fizeram um «plenário fantasma», onde aprovaram várias moções contra a actuação do seu sindicato. A maioria dos trabalhadores, conhecedores que são destas manobras, redigiram um protesto, em forma de abaixo-assinado contra as manobras divisionistas dos conhecidos «progressistas». O documento que há pouco começou a circular conta já com mais de 400 assinaturas, e será enviado à direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Segundo o protesto, cerca de 160 trabalhadores, liderados pelos «derrotados elementos nas eleições do nosso sindicato», através de manobras partidárias estão a destruir a unidade dos trabalhadores. Mas estes, «dizem não a essas manobras que visam destruir a já débil situação político-económica de Portugal».

BANCÁRIOS RETORNADOS

DE ANGOLA

EXPUSERAM

PROBLEMAS DA CLASSE

E DOS DESALOJADOS

A Comissão dos Trabalhadores Bancários Retornados de Angola, promovida nas instalações do Sindicato dos Bancários do Sul e Lhas uma conferência de Imprensa, onde afluíram os problemas que afectam a classe, bem como os desalojados, cujo processo de descolonização e suas incógnitas originou o êxodo que conhecemos com os resultados que têm sido divulgados e as inúmeras perdas que os têm envolvido.

Além desses peremptórios, já no domínio público, os representantes da aludida comissão, hoje dispersos em várias organizações bancárias, debateram-se, igualmente, sobre a inconvertibilidade do escudo angolano e seus aspectos negativos, chamando, sobretudo, a atenção para as dificuldades daí decorrentes, designadamente no que respeita ao problema da habitação e do desemprego e situações de dependência daí resultantes.

Foi, ainda, referido que a situação de Angola, circunscrita em termos político-militares e com dois governos paralelos, paralelos se transferen-

dias através do Banco de Angola (o único emissor para este caso), que procura apurar o ponto real da situação.

Igualmente assinalado, foi a contribuição, na maioria dos casos, do I.A.R.N., para a resolução de muitas dificuldades, ao mesmo tempo que o oportunismo patenteado por certos retornados mereceu veemente reprovação daquela comissão, ao aproveitarem-se de programas de apoio das autoridades governamentais quando as suas condições económicas os permitem disporar.

12 de Janeiro - 6-12-75

BANCÁRIOS RETORNADOS DE ANGOLA QUEREM REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL

A problemática dos retornados de Angola tem sido, ultimamente, objecto de equações muito concretas no sector dos trabalhadores bancários que tinham a sua vida organizada naquele jovem país africano e que vieram fixar-se em Portugal.

Nas últimas semanas, a Comissão dos Trabalhadores Bancários Retornados de Angola intensificou os seus contactos a nível oficial. Oitavo, os trabalhadores interessados reuniram-se com os representantes dos órgãos da Comunicação Social, aos quais explicitaram diversos aspectos da evolução do seu processo de reintegração na Banca e simultaneamente na nova sociedade portuguesa. O encontro decorreu na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Sublinhando o problema, elemento da Comissão disseram-nos: «Muito concretamente, pretendemos a nossa reintegração na Banca, como trabalhadores que somos, trabalhadores e cidadãos. Já decorreram vários contactos, a to-

dos os níveis. Começamos pelas comissões de trabalhadores, comissões sindicais, direcções de sindicatos e Governo. Estabelecemos conversações com o sr. secretário do Tesouro. Estamos, nesta altura, aguardando, à espera de conhecer a posição do Governo. Provavelmente ainda hoje ela nos será comunicada. Pensamos que até ao termo da semana seremos informados. Depois, naturalmente, discutiremos o teor da proposta governamental em assembleias de trabalhadores».

A Comissão dos Trabalhadores Bancários Retornados de Angola tem efectuado reuniões diárias. Debate tudo o que abarca os interesses de um total de cerca de 2500 trabalhadores que deixaram Angola, 700 dos quais pertencentes aos quadros do Banco de Angola. Entre as diligências levadas a cabo, contam-se, ainda, encontros com as comissões administrativas dos próprios bancos. Posteriormente viriam a produzir-se os contactos com o secretário de Estado do Tesouro. Segundo os elementos da Comissão de Bancários Retornados de Angola, o secretário de Estado tem sido muito positivo na sua forma de encarar o assunto. O facto criou no espírito dos interessados um certo optimismo. Eles aguardam com serenidade; «O BPA levou a efeito de um plenário. Um dos pontos abordados dizia precisamente respeito aos retornados da Banca. Experimentamos a sensação de que estamos a ser aceites, de que estamos a ser compreendidos. Os nossos colegas de cá, que ao principio poderiam não estar devidamente esclarecidos sobre o nosso caso, mostraram-se sensíveis ao problema».

Protestos contra os congelamentos das contas bancárias dos implicados no 25 de Novembro

Em resposta à direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que decidiu congelar as contas bancárias dos militares detidos em virtude dos acontecimentos de 25 de Novembro, a Comissão de Familiares de Militares Revolucionários Presos distribuiu aos órgãos de informação uma cópia que enviou àquele sindicato protestando contra tal atitude, que consideram perigosa para a sua própria subsistência.

"Nós não podemos esconder" —

diz a referida carta — "o nosso espanto e a nossa indignação com a atitude assumida por trabalhadores que não hesitam em cortar a subsistência a familiares, mães, mulheres e filhos, alguns de tenra idade, de homens contra os quais ainda nem sequer foi formado um processo de culpa".

"Em vez de protestarem contra a arbitrariedade que representa manter esses militares na incommunicabilidade para além das 48 horas que a lei em vigor prescre-

ve, trabalhadores preferem juntar a essa iniquidade a desumanidade que representa deixar famílias inteiras sem recursos no período considerado perigosa para a sua

E a carta prossegue: "Trabalhadores, que deveriam ser solidários com a justiça, tratam homens que unicamente vivem dos seus vencimentos com uma severidade bem distinta da que usam para exploradores que mantêm intactas e utilizáveis as suas contas bancárias".

República - 10.12.75

A MULHER É TEMA PARA DESENHOS INFANTIS

Um grupo de trabalhadores bancários, promoveu para a semana que decorre, através do seu Sindicato, várias actividades para comemorar o Ano Internacional da Mulher. Assim, dentro do programa

elaborado, encontra-se patente na sede do Sindicato dos Bancários do Centro, em Coimbra, uma exposição de desenhos feitos por crianças em idade escolar sobre o tema «Mulher».

No próximo dia 13 tem lugar às 15 horas no Teatro Gil Vicente uma sessão que inclui a representação de duas peças em um acto:

«Inês de Castro» e «O Auto da Barca do Inferno».

ARBITRARIEDADES DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL

A Comissão de Familiares de Presos Revolucionários denuncia arbitrariedades do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas no seguinte comunicado:

Ao ser informado pela Imprensa (vide «República» de 4 do corrente a pág. 4) da decisão desse Sindicato em congelar as contas bancárias dos militares revolucionários detidos para a averiguação em virtude dos acontecimentos do 25 de Novembro, vimos expor o seguinte:

1) Não podemos esconder o nosso espanto nem a nossa indignação com a atitude assumida por trabalhadores que não hesitam em cortar a subsistência a familiares — mães, mulheres e filhos, alguns de tenra idade — de homens contra os quais ainda nem sequer foi formado um processo de culpa;

2) Em vez de protestarem contra a arbitrariedade que representa manter esses militares na incomunicabilidade para além das 48 horas que a lei em vigor prescreve, trabalhadores preferem juntar a essa iniquidade a desumanidade que representa deixar famílias inteiras sem recursos no período considerado festivo do Natal;

3) Trabalhadores que deveriam ser solidários com a justiça tratam

homens que unicamente vivem dos seus vencimentos com uma severidade bem distinta da que usam para exploradores que mantêm intactas e utilizáveis as suas contas bancárias:

4) Os militares presos não são contra-revolucionários mas sim homens que sentem a verdadeira Revolução até às suas últimas consequências.

Para terminar queremos deixar bem expresso que consideraremos sempre os directores actuais desse Sindicato como responsáveis de todas as dificuldades de subsistência que passarmos.

Quando a verdade for revelada sobre tudo o que se passou esta vossa atitude os cobrirá para sempre de apórbio.

A história do nosso povo será implacável para com os que traíram esse mesmo povo. Nós, orgulhosas companheiras dos militares presos, aguardamos serenas o juízo da História.

Oxalá os senhores possam ter o mesmo estado de espírito.

PELA COMISSÃO DE FAMILIARES DE MILITARES PRESOS REVOLUCIONÁRIOS.

~~18 DEZ. 1975~~
18 DEZ. 1975

FRENTE CONTRA MANOBRAS DA INTERSINDICAL

Os Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas; dos Jornalistas; dos Trabalhadores de Seguros do Sul; dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; dos Trabalhadores de Enfermagem do Sul; dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa; das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul; da Actividade Cinematográfica; dos Técnicos de Desenho (Sul); dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria e Secretariado das Comissões de Luta dos Professores de Lisboa (cidade) — decidiram constituir uma frente contra as manobras da Intersindical.

DEZ SINDICATOS NUMA FRENTE

Comércio do Porto - 9-12-75

(52)

«CONTRA MANOBRAS DA INTERSINDICAL»

Num plenário, em que participaram as direcções de dez sindicatos, foi decidido constituir «Uma frente contra as manobras da Intersindical».

Foram os seguintes os organismos de trabalho que participaram na referida reunião: Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas; dos Jornalistas; dos Trabalhadores de Seguros do Sul; dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; dos Trabalhadores de Enfermagem do Sul; dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa; das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul; da Actividade Cinematográfica; dos Técnicos de Desenho (Sul); dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria e Secretariado das Comissões de Luta dos Professores de Lisboa (cidade).

Da moção saída do plenário consideraram-se os seguintes pontos:

1 — O País esteve à beira da guerra civil e ainda há quem queira retirar a responsabilidade àqueles que, aventureira e criminosamente, de manobra em manobra, manipulando justas lutas dos trabalhadores não hesitaram premir gatilhos, espalhar a morte, o caos e a confusão, situação que poderia abrir as portas ao fascismo. O povo português vê agora a claro quem tantas vezes falando em seu nome, não se importou mesmo de fazer verter sangue dos trabalhadores na tentativa para tomar o poder.

2 — Travado este golpe social-fascista, o povo trabalhador não poderá abandonar a sua vigilância, pois que o social-imperialismo não desistirá,

ainda, de impor a sua ditadura. Outro tanto terão os trabalhadores de continuar atentos ao Imperialismo capitalista e as manobras do fascismo, cuja opressão sentiram na pele, para que não volte com as suas garras ferozes a aproveitar-se da ocasião que o golpe aventureirista do 25 de Novembro lhe poderia proporcionar se os trabalhadores disso se alhearem.

3 — Avançar com formas de luta capazes de manter uma situação de democracia é a única possibilidade de se caminhar de forma irreversível para a construção da sociedade socialista. Para tanto, propomos que os trabalhadores não permitam o reagrupar de forças e a concretização de novos acordos que possibilitem o desencadear de mais golpes. Os trabalhadores reconhecerão agora a necessidade de substituir certas direcções sindicais e outros órgãos elegendo representantes que coloquem as organizações de classe ao seu serviço. Mais ainda, deverão levar à prática o verdadeira controlo operário.

4 — A informação, controlada e manipulada pelas forças partidárias implicadas no golpe, teve papel de relevância na sua preparação. Todo o povo exigirá que a informação passe a estar realmente ao seu serviço.

5 — Vem agora a Intersindical dizer que constitui «o real perigo para a democracia» o saneamento de militares e civis, que o povo sabe serem responsáveis pelo golpe aventureirista, e chega mesmo a chamar-lhes «progressistas». Muito se pode fazer sendo-se «progressista».

Que democracia e que interesses serve o secretariado da Intersindical. Não seria necessário dizê-lo ao trabalhador. Eles sabem-no bem. E para definir a sua «democracia» não precisaria a Intersindical de ter mandado as suas instruções via telex, no próprio dia do golpe.

OBSTAR A MANOBRAS GOLPISTAS

A moção refere, depois, as aludidas instruções da Intersindical, de entre as quais se salientam a mobilização de todos os trabalhadores com vista a concentrarem-se junto das unidades militares, em apoio dos militares progressistas; junto das centrais de água e energia; dos postos de comunicação e das delegações do Ministério do Trabalho.

E, a moção dos dez sindicatos conclui:

«Pretenderá a Intersindical, também ela, afirmar que não houve golpe? Querirá o seu secretariado dizer que esteve fora dele? Ainda não se apercebeu o secretariado que a sua

actuação reflecte uma série de contradições de que os trabalhadores já se aperceberam? Que são para a Intersindical «forças de esquerda»?

6 — Os trabalhadores entendem por que razão a Intersindical se calou face aos saneamentos de democratas antifascistas em «O Século», no «Diário de Notícias» e em outros órgãos de informação e vem agora, apressadamente, falar do «afastamento» de trabalhadores da E.N. e R.T.P., acusados de terem responsabilidade no golpe. Nós defendemos o direito ao trabalho e os trabalhadores saberão, eles sim, denunciar os «vendidos» que fizeram perigar o direito ao trabalho, quantas vezes expulsando, de forma selvagem, camaradas do local de trabalho para os lançar no desemprego.

7 — Por último, alertamos os trabalhadores para duas necessidades que nos parecem evidentes e urgentes:

A presença em massa nas assembleias gerais dos sindicatos, como forma de obstar às manobras golpistas.»

Frente sindical contesta orientação da INTER

Dez direcções sindicais procederam à divulgação de um comunicado comum em que se referem as implicações do "golpe do 25 de Novembro" e se aponta para a construção de uma "frente contra as manobras da Intersindical". Subscvem-no três dos mais importantes sindicatos de trabalhadores de serviços de Lisboa, Bancários do Sul e Ilhas, Seguros do Sul e Comércio do Distrito de Lisboa, além das direcções dos sindicatos dos Jornalistas, Trabalhadores de Enfermagem do Sul, da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas, Técnicos de Desenho, Indústria de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, Actividade Cinematográfica e ainda o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria e o Secretariado das Comissões de Luta dos Professores, também de Lisboa.

Cotando instruções enviadas via telex no próprio dia do golpe pela Intersindical, apelando para a mobilização de todos os trabalhadores em todos os setores

onde seja possível com vista a ir para as unidades militares apoiar os militares progressistas, ir para as centrais de água e energia, ir para os postos de comunicação...", o comunicado pergunta se a Intersindical pretende também afirmar que não houve golpe e "que esteve fora dele".

A comentar os acontecimentos, afirma-se que "o país esteve à beira da guerra civil e ainda há quem queira retirar as responsabilidades àqueles que, aventureira e criminosamente, de manobra em manobra, manipulando justas lutas dos trabalhadores, não hesitaram em premir gatilhos, espalhar a morte, o caos e a confusão, situação que poderia abrir as portas ao fascismo".

Contestando o critério seguido pela Intersindical ao qualificar de "progressistas" os militares e civis implicados no golpe, e a afirmação de que o seu saneamento constitui "um real perigo para a democracia", o comunicado prossegue: "Os trabalhadores entendem por que razão a Intersindical se calou face aos saneamentos de democratas e antifascistas no

"Século", no "Diário de Notícias" e em outros órgãos de Informação e vem agora, apressadamente, falar do "afastamento" de trabalhadores da Emissora Nacional e Rádio Televisão, acusados de terem responsabilidades no golpe."

Como perspectivas de actuação para o futuro, afirmam as dez direcções sindicais: "Travado este golpe social-fascista, o povo trabalhador não poderá abrandar a sua vigilância, pois que o social-imperialismo não desistirá, ainda, de impor a sua ditadura. Outro tanto terão os trabalhadores de continuar atentos ao imperialismo capitalista e às manobras do fascismo, cuja opressão sentiram na pele, para que não volte com as suas garras ferozes a aproveitar-se da ocasião que o golpe aventureirista do 25 de Novembro lhe poderá proporcionar, se os trabalhadores disso se alhearem."

"Avançar com formas de luta capazes de manter uma situação de democracia é a única possibilidade de se caminhar, de forma irreversível, para a cons-

trução da sociedade socialista, afirma-se seguidamente. O comunicado avança ainda a defesa da substituição de "certas direcções sindicais e outros órgãos, elegendo representantes que coloquem as organizações de classe ao serviço "dos trabalhadores, e com a proposta de se "levar à prática um verdadeiro controlo operário".

Por último, apela-se para a presença em massa dos trabalhadores nas assembleias gerais dos sindicatos, impedindo a recuperação de posições já perdidas pela linha afecta à Intersindical, e para a "entrada, reentrada e permanência dos sindicatos democráticos no Intersindical" para lutar no seu interior para que ela venha a "ser uma autêntica central única dos trabalhadores".

POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA

Esta tomada de posição vem

culminar uma aproximação de diversas direcções sindicais recentemente eleitas sob o lema "por um sindicato democrático", no sentido de coordenar a oposição à tendência dominante no movimento sindical português. Segundo apurámos junto de um dos sindicatos subscritores, não se pretende constituir o embrião de uma segunda central sindical concorrente, mas apenas lutar dentro da Intersindical contra um secretariado que se considera não corresponder aos verdadeiros interesses dos trabalhadores.

Mais ainda, considera-se incorreta a tendência verificada em muitos sindicatos para o abandono da Inter e procura-se esclarecer os trabalhadores que é apenas a política de um secretariado que deve ser combatida e não a ideia e a organização da central sindical única.

A constituição da "frente", como tendência interna à Intersindical, não parte apenas de uma posição de hostilidade à sua actual

direcção. Segundo nos declararam, assenta na existência de princípios e de perspectivas de actuação comuns, e em especial a defesa da ampla participação das massas na condução das suas organizações de classe. Para além dos dez sindicatos subscritores, vários outros partilham das mesmas posições nomeadamente no Norte e no Centro do país, zona onde têm sido particularmente numerosos os casos de abandono da Intersindical decididos em assembleias de trabalhadores.

Ainda que, de acordo com os estatutos da Intersindical, não seja permitida a formação de tendências no seu seio, considera-se que o relativo enfraquecimento da organização não permitirá que venham a ser decididas sanções contra as direcções subscritores do documento. Também nesse caso, não deixaria de se abrir um conflito de vastas proporções.

Jornal Novo
10-12-75

BANCOS TOMAM MEDIDAS PARA ELIMINAR «NEGÓCIOS» COM CHEQUES INTERNACIONAIS

As comissões de delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, bem como as comissões de trabalhadores dos principais bancos da praça de Lisboa, reuniram-se, de por si, e depois em conjunto, a fim de tomarem medidas que impeçam dentro do possível, a concretização de vários «negócios» (ilegais), que se processavam com a emissão de cheques internacionais, mediante a apresentação de passaportes, quer emitidos em Angola (na sua grande maioria de retornados), quer, ainda, de Moçambique e do próprio continente.

Como se sabe, o decreto 619/75 autoriza o levantamento de divisas até ao montante de 20.000\$00 (maiores de 18 anos), 13.000\$00 (dos 12 aos 18 anos) e 7.000\$00 (até aos 12 anos) mediante a inscrição nos respectivos passaportes. Ora, o «negócio» consiste, precisamente, no seguinte: como a maior parte dos passaportes dos retornados, ou não, estão próximos do seu termo de validade, aquelas pessoas dirigem-se aos bancos e requisitam o que, por Lei, têm direito, em cheques internacionais, que depois são endossados a terceiros que os utilizam da maneira que melhor lhes convém.

Para sustentar esta sangria de divisas, as comissões sindicais e de trabalhadores tomaram medidas de segurança, uma das quais é a recusa de emissão de cheques internacionais que são substituídos por transferências bancárias à ordem dos titulares dos passaportes. Por outro lado, e em

casos de insistência por parte dos requisitantes dos respectivos cheques, estes só podem ser emitidos mediante apresentação de justificativos da saída do país, como sejam, por exemplo, bilhetes de passagem, etc.

Estas medidas surgiram devido ao facto de, repentinamente, se ter verificado um aumento substancial na venda de cheques internacionais, sem a correspondente saída do país, por parte dos titulares dos passaportes.

Sindicato dos Bancários do Centro associa-se ao Ano Internacional da Mulher

Um grupo de trabalhadores bancários, leva a efeito através do seu Sindicato, a Comemoração do Ano Internacional da Mulher, a nível regional.

Esta comemoração integra-se numa iniciativa lançada a nível mundial pela UNESCO, com o objectivo de despertar a comunidade internacional para os problemas que de certo modo afectam a mulher e obstam à sua emancipação.

Para além de uma exposição que se encontra patente ao público, das 15,30 às 19 horas, na sede do Sindicato, subordinada ao tema «Mulher» e na qual estão expostos trabalhos executados por crianças em idade escolar, haverá uma sessão comemorativa, no Teatro Gil Vicente, no dia 13 do corrente, às 15 horas.

O programa para esta sessão é o seguinte:

1.ª parte — Nota Introdutória; Palestra (M. D. M.); Documentário sobre o papel da mulher na Sociedade; Peça em um acto «A Inês de Castro».

2.ª parte — Coro D. Pedro de Cristo; Momento de poesia; Peça em um acto «O Auto da Barca do Inferno».

3.ª parte — Variedades.

Os bilhetes para esta sessão serão distribuídos gratuitamente na sede do Sindicato, Rua Lourenço Almeida Azevedo, 17.

NOTÍCIAS

JORNAL DE NOTÍCIAS

12 DEZ. 1975

Porto

ASSEMBLEIA DE BANCÁRIOS

Pelas 22 horas de hoje, os associados do Sindicato dos Bancários do Norte reúnem-se em assembleia geral ordinária, no salão do INATEL, à Praça da Batalha.

A ordem de trabalhos é a seguinte: apreciação e deliberação sobre o Orçamento, referente ao exercício do próximo ano.

15 DEZ. 1975

Porto

DESMENTIDO DO EMGFA SOBRE CONGELAMENTO DE CONTAS MILITARES

O Estado-Maior General das Forças Armadas esclarece, num comunicado, que em momento algum o Conselho da Revolução ou qualquer dos seus membros determinou o congelamento das contas bancárias dos militares detidos em consequência dos acontecimentos do 25 de Novembro, «e se o tivesse feito naturalmente que teria accionado os departamentos governamentais competentes, nomeadamente a Secretaria de Estado do Tesouro».

Acrescenta que «o contacto havido com elementos do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas visou, apenas, esclarecer se tal como no 11 de Março de 1975 se iriam ou não determinar procedimentos semelhantes aos então verificados e, nessa circunstância, quais as directivas que iriam ser difundidas para que, com oportunidade, os vários organismos interessados pudessem adoptar as medidas correspondentes. Foi esclarecido que havia sido

decidido não adoptar quaisquer medidas especiais além do encerramento temporário da banca, e que, relativamente aos detidos em consequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 apenas se admitia, como medida cautelar, a vigilância da movimentação das respectivas contas, de acordo com as normas gerais existentes, o que, ao que se sabe, foi respeitado pelo citado sindicato. Aliás, mesmo esta medida cautelar de vigilância genérica foi já considerada desnecessária e do facto dado conhecimento a representantes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas».

Também não corresponde à verdade — diz ainda o comunicado — que os militares detidos não receberão os vencimentos de Dezembro, «pois, nesse sentido, foram imediatamente difundidas instruções aos departamentos militares competentes, para processarem normalmente os vencimentos dos militares em causa».

17 DEZ. 1975

Porto

COOPERATIVA DOS BANCÁRIOS

Realizam-se amanhã as eleições para os corpos gerentes da Cooperativa dos Bancários (Coop-Bancários — Cooperativa de Produção e Consumo dos Empregados Bancários, SCARL). Concorrem duas listas: a lista A que, não tendo qualquer sigla, é afectada à Comissão Organizadora; e a lista B — Por uma Cooperativa De-

mocrática», próxima da actual direcção do sindicato.

Conforme é dos Estatutos, terão direito a voto todos os bancários inscritos na Cooperativa até ao passado dia 9. O acto eleitoral decorrerá no refeitório do Sindicato, entre as 18 e as 23 horas. É admitido o voto por procuração

Publicada extensa matéria sobre contratação de trabalho

Está a ser distribuído o n.º 44 do Boletim do Ministério do Trabalho. O presente número, além do despacho normativo de redução do horário semanal de trabalho, insere as portarias de alargamento de âmbito dos Contratos Colectivos de Trabalho para as indústrias de tapeçaria e capacharia, indústrias de cartonagem, sobrescritos, sacos de papel e cartão canelado e das condições de trabalho acordadas para os apanhadores de peixe ao serviço da indústria de conservas

de peixe do Distrito de Olhão e a Portaria que regulamenta o trabalho do sector de vinhos, (rectificação), o Contrato Colectivo de Trabalho para o comércio de artigos de óptica (rectificação) e o celebrado entre os Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais e dos Maquinistas Práticos, ajudantes e artífices da Marinha Mercante do Distrito de Lisboa e a Associação dos Armadores de Tráfego Fluvial., o acordo das condições de trabalho para os

apanhadores de peixe ao serviço da indústria de Olhão entre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Faro e várias empresas de conservas de peixe de Olhão., e a adesão superveniente das empresas José António Ritta, Conservas de Peixe, SARL, DORD, fábrica exportadora de conservas, Lda., Sais, Irmão e Ca., Lda.* E G.M. Viegas Júnior, Lda, ao acordo das condições de trabalho para os apanhadores de peixe ao serviço da

indústria de conservas de Olhão entre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Faro e várias empresas de conservas de peixe de Olhão, publicado neste boletim.

Em "informações diversas" são publicadas as listas dos novos corpos gerentes dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, dos Metalúrgicos de Aveiro, dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, dos Economistas e dos Trabalhadores das Indústrias de Madeiras dos distritos de Viseu e Guarda.

No Pavilhão do BPM

BANCÁRIOS DECIDEM HOJE «SIM» OU «NÃO» À INTERSINDICAL

Na Cooperativa do Povo Portuense, realizou-se, anteontem, uma reunião geral de delegados do Sindicato dos Bancários do Porto, convocada para prestar informações várias e, em especial, para debater pormenores ligados à permanência dos trabalhadores bancários na Intersindical, assunto este que será objecto de uma Assembleia Geral que terá lugar hoje, no Pavilhão do BPM, às 21 horas.

No início da sessão, que teve a dirigir-la Júlio Rebelro, e Edgar Bernardo, respectivamente, presidente e secretário da Direcção, foram discutidos assuntos relacionados com os serviços de acção médico-social, cuja entrada em funcionamento se prevê para o próximo mês, e os créditos para a Habitação, com um regulamento a elaborar pelos sindicatos.

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, muitas foram as intervenções. A permanência ou não na Intersindical suscitou aos delegados presentes várias interpretações. No entanto, a generalidade é de opinião que os bancários continuam ligados ao organismo máximo dos trabalhadores, muito embora saiba que o seu secretariado tenha tomado, por diversas vezes, posições sectárias, muitas das quais em nada defendendo os interesses dos trabalhadores. Um dos pontos mais focados, referiu-se à necessidade de combater de dentro para fora, e não de forma contrária, como alguns pretendem, as atitudes assumidas pela direcção da central sindical única, quando esta prevarica e não olha convenientemente pelos interesses dos trabalhadores. «Lutemos pela desburocratização dos dirigentes da «Inter», pois alguns encontram-se nos gabinetes, desconhecendo as verdadeiras realidades dos trabalhadores deste país», são palavras do delegado António Oliveira Alves, e que definem o sentir dos bancários quanto à forma de actuar do secretariado da Intersindical.

A reunião terminou com um apelo do presidente da Direcção do Sindicato, no sentido de os delegados presentes informa-

sem convenientemente os colegas trabalhadores, para que na votação da Assembleia Geral de amanhã, quando o problema da permanência ou não na Intersindical for posto à consi-

deração dos presentes, o resultado apurado seja o verdadeiro sentir de todos os bancários, e não fruto de opiniões partidárias.

G. S.

LISBOA

DIÁRIO DE LISBOA

20 DEZ. 1975 Lisboa

Anulada assembleia de bancários

Por falta de «quorum», não se realizou ontem à noite, como estava previsto, a anunciada assembleia geral extraordinária dos Bancários do Porto que tinha como ponto fundamental discutir o problema da permanência da classe na Intersindical.

De facto, e após duas chamadas, apenas responderam

122 dos 386 requerentes (menos de 2/3) desta assembleia, isto muito embora o pavilhão do B. P. M. em Avintes tenha registado a presença de grande número de bancários, cerca de 1500.

Face aos estatutos, a convocação de nova assembleia só poderá ser feita dentro de seis meses.

2ª DEZ. 1975

Vergonhosa atitude da direcção do Sindicato dos Bancários

A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul, composta por elementos affectos à orientação MRPP/PS, achou por bem mandar congelar as contas bancárias dos militares revolucionários detidos para averiguações sobre os acontecimentos de 25 de Novembro.

Ao tomar tal atitude, a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul — complacente para a movimentação das contas bancárias dos grandes senhores da sabotagem económica — define-se uma vez mais: torna-se conivente da actuação de quem manda encarcerar militares que deram toda a sua generosidade pela libertação do nosso povo, alarga às famílias desses militares os efeitos materiais da repressão, atira às tradições de luta antifascista do Sindicato dos Bancários.

A propósito desta atitude inqualificável, a Comissão de Familiares dos Militares Revolucionários Presos, endereçou à direcção daquele Sindicato a seguinte missiva:

Ao ser informados pela Imprensa (vidé «República» de 4 do corrente a pág. 4) da decisão desse Sindicato em congelar as contas bancárias dos militares revolucionários detidos para a averiguação em virtude dos acontecimentos do 25 de Novembro, vimos expor o seguinte:

1) — Não podemos esconder o nosso espanto nem a nossa indignação com a atitude assumida por trabalhadores que não hesitam em cortar a subsistência a familiares — mães, mulheres e filhos, alguns de tenra idade — de homens contra os quais ainda nem sequer foi formado um processo de culpa.

2) — Em vez de protestarem contra a arbitrariedade que representa manter esse milhares na incomunicabilidade para além das 48 horas que a Lei em rigor prescreve, trabalhadores preferem juntar a essa iniquidade a desumanidade que representa deixar famílias inteiras sem recursos no período considerado festivo do Natal.

3) — Os trabalhadores

que deveriam ser solidários com a Justiça tratam homens que unicamente vivem dos seus vencimentos com uma severidade bem distinta da que usam para exploradores que mantêm intactos e utilizáveis as suas contas bancárias.

4) — Os militares presos não são contra-revolucionários mas sim homens que sentem a verdadeira Revolução até às suas últimas consequências.

Para terminar queremos deixar bem expresso que consideraremos sempre os directores actuais desse Sindicato como responsáveis de todas as dificuldades de subsistência que passarmos.

Quando a Verdade for revelada sobre tudo o que se passou esta vossa atitude os cobrirá sempre de opróbrio.

A História do nosso povo será implacável para com os que traíram esse mesmo Povo. Nós, orgulhosas companheiras dos militares presos, aguardamos serenas o Juízo da História.

Oxalá os senhores possam ter o mesmo estado de espírito.

Bancários retornados exigem reintegração

Segundo o «Diário de Notícias», os empregados bancários retornados das ex-colónias, reunidos em plenário, aprovaram uma proposta exigindo ao Governo a sua reintegração no sector durante o mês de Janeiro. Se tal não se verificar, os bancários utilizarão as formas de luta que julgarem adequadas à concretização dos seus objectivos.

A atitude agora tomada nasce como resposta a um documento do Ministério das Finanças que prevê que «os bancos recomeçarão a admissão de trabalhadores a fim de satisfazer necessida-

des efectivas de pessoal». O mesmo documento determina que as vagas existentes sejam preenchidas por bancários desempregados, considerando como tal os retornados das ex-colónias. Um grupo de trabalho — que os bancários retornados exigem se constitua até ao dia 31 — aprofundará e seguirá a orientação do Ministério contando, para o efeito, com elementos dos Ministério das Finanças e do Trabalho, do Banco de Portugal, do Sindicato dos Bancários e dos próprios retornados.

Na sua reunião, os bancários retornados aprovaram ainda uma proposta em que se exige ao Governo a criação de um «estatuto de bancários desempregados» a fim de garantir a colocação dos desempregados no seu sector e não em qualquer outro.

Bancários do Porto ofereceram prenda de Natal

AUTÊNTICO FESTIVAL DA CRIANÇA NO PAVILHÃO DO PALÁCIO DE CRISTAL

Numa festa destinada a crianças, só a elas era reservado o direito de admissão. Numa festa destinada a crianças, elas foram realmente as rainhas da festa. Numa festa destinada a crianças não houve espectadores. Numa festa destinada a crianças, finalmente, vimos imaginação.

Tiveram, de facto, bastante imaginação os trabalhadores bancários ao porem de pé uma festa de animação cultural e recreativa, festa que poderá servir de exemplo a todos quantos, pela quadra natalícia, costumam gastar rios de dinheiro com festas do género, como se o dinheiro por si só fosse semente de imaginação.

Entre teatro, cinema, circo, música, fantoches, desporto, escultura, pintura, livros, discos, labirinto, brinquedos mecânicos e educação rodoviária — a angústia da pequenada residia na escolha. O Pavilhão do Palácio de Cristal ao mesmo tempo dava a possibilidade de cada um optar por aquilo de que mais gostava.

«A um rapazito da rua que conseguiu entrar à socapa, a opção não ofereceu, porém, dificuldades: «um docinho?»

Para ele, uma guloseima tornava-se o mais importante.

Mas, para um miúdo de S. Pedro da Cova ver o trapezista ali a dois passos era coisa que o transcendia. O mundo diferente, aquele, que desfrutava uma criança de Matosinhos que nunca viera ao Porto, fazia-o correr de um lado para outro. Gulosamente, queria ver tudo. Não perder nada.

Câmara e INATEL não aproveitaram

Era costume cada banco fazer a sua festa de Natal. Nessa bagatela gastava-se na ordem dos vários milhares de contos. Desta feita, o Secretariado Intercentros Culturais e

Reportagem

de AURÉLIO CUNHA (texto)

e de VISEU CALDEIRA (fotos)

Desportivos pensaram, e melhor realizaram uma festa para os filhos dos trabalhadores de todos os bancos, que, no fim-de-semana, foram eles próprios intérpretes da sua festa.

O pavilhão foi tomado polivalente. Em cada lado a sua coisa. Para os papás, apenas houve a permissão para uma espreitadela antes, uma vez que a sua presença foi considerada inoportuna, na medida

em que roubava espaço para a pequenada se movimentar. Adultos velavam para que tudo corresse pelo melhor.

Pretendendo alargar toda aquela máquina de felicidade a outra miudagem os promotores ofereceram a estrutura à Câmara e ao Inatel. Nenhuma dessas entidades aproveitou.

Inteligente foi a Associação de Pais da Escola Primária n.º 63 (Bairro de Costa Cabral), que aproveitou a iniciativa e em conjunto com as associações de Pais das Escolas 15/18, (Gaia), 18 de Matosinhos, da Escola de Deficientes Motores e Preparatória de S. Pedro da Cova levaram ontem os seus alunos ao Palácio. Mas nem só esses entraram. Pequenada atraída pela festa também lá esteve.

Por que não alargar a mais crianças?

Cada qual levou o seu lanche e em dada altura ei-los a correr. Os mais entusiasmados não arredavam pé. Olhos especados no cinema, mãos

modelando barro ou pintando painéis colectivos ou em trabalhos individuais, bola que é lançada ao cesto, ciclista que procura conduzir-se de acordo com os sinais de trânsito.

— Ali é que é «porreiro. Os tipos andam ao «milho».

E, às tantas os mais, afoitos pretendiam imitar os demonstradores da prática de judo.

Descalçar não era problema e logo apareceram uns judocas feitos à pressão.

Sempre em rodopio, num ritmo frenético, a miudagem lutava contra o tempo. Tocar em tudo antes que se fizesse tarde era a palavra de ordem.

Esta festa realizada pelos bancários veio [tal como diz o «slogan» publicitário] para ficar. Deve servir de modelo. Pena é que a ela não tenham tido acesso mais crianças. Uma vez que a estrutura está montada, lamentamos, uma vez que nos parece um «crime» de lesa-criança, perder-se a possibilidade de alargar a festa. Não será possível o seu aproveitamento pelas comissões de moradores?



Teatro com farta assistência, num dos cantos do pavilhão. Nos outros, cinema, judo, pintura e um mundo de diversões.

**SINDICATO
DOS BANCÁRIOS
DO SUL E ILHAS**

Segundo informações prestadas pela respectiva direcção, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas deliberou dispensar os serviços do advogado Joaquim Fajardo Figueira Ortigão, revogando o respectivo contrato de mandato, a partir de 16 de Dezembro corrente.

Ainda em relação com este assunto, aquela direcção resolveu mandar inquirir disciplinarmente um consultor jurídico do sindicato, uma associada e três empregados.

BANCÁRIOS CONTRA COMPENSAÇÃO

PORTO, 26 — O Sindicato dos Bancários do Norte emitiu um comunicado que define a sua tomada de posição em relação a uma pretensa compensação pelo encerramento da banca no dia de hoje: «Em comunicado anterior, de 10 do corrente, demos a conhecer as diligências efectuadas junto do Ministério das Finanças no sentido de se manter encerrada a banca no dia 26 do corrente. A resposta, positiva, que se aguardava foi-nos dada pelo sindicato congénere de Lisboa, abordado telefonicamente pelo Ministério das Finanças. Entretanto, foi-nos, também, informado que uma eventual compensação daquele dia estava em estudo.

Vem este sindicato reiterar a sua posição sobre o assunto, aliás dada a conhecer ao secretário de Estado do Tesouro, em reunião conjunta com os três sindicatos, partilhando os dois restantes da mesma opinião: sendo indesmentível que o volume de trabalho no dia 26 não justificava a abertura da banca, não se compreende que haja lugar a uma posterior compensação. Portanto, esta direcção mantém a sua posição, dizendo não a qualquer eventual compensação.»

PROVÁVEIS FALSIFICAÇÕES EM CONTRATOS NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS

«Foi revogado o contrato de mandato de prestação de serviços a um advogado do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas por não nos oferecer confiança» foram os termos da resposta que obtivemos junto da direcção daquele organismo de classe a propósito da dispensa de serviços do referido advogado e à instauração de um processo disciplinar a um consultor jurídico do mesmo Sindicato.

As decisões da direcção que, aliás, já foram comunicadas à classe, baseiam-se no facto de haver fortes indícios de implicação daqueles advogados na falsificação de documentos relativos aos respectivos contratos de prestação de serviços. Segundo a mesma fonte, as prováveis falsificações foram detetadas pela data de água do papel selado (1973 em vez de 1974), e pela designação do Sindicato que, na altura, era diferente da referida no aludido contrato.

Os diferentes elementos não coincidem, tal como a inutilização de um imposto de selo, e a partir daí surgiram as suspeitas de falsificação, que vão agora ser devidamente apuradas.

O consultor jurídico — funcionário do Sindicato — por se tratar de um trabalhador, ficou penas incurso no processo disciplinar, enquanto a direcção resolveu, por igual, proceder disciplinarmente junto da comissão disciplinar do organismo contra a anterior direcção e contra uma associada que testemunhou os referidos contratos.

Entretanto, três empregados do Sindicato dos Bancários foram convidados a esclarecer, por escrito e no prazo de cinco dias, as circunstâncias em que firmaram os documentos.

27 DEZ. 1975

Porto

Fortes indícios de falsificação no Sindicato dos Bancários

A Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas fez ciente à classe que deliberou dispensar os serviços de um dos advogados do Sindicato, bem como suspender com procedimento judicial, um dos consultores jurídicos.

Segundo o comunicado distribuído, aquelas decisões baseiam-se em fortes indícios de implicação de ambos os acusados no processo de falsificação de documentos relativos aos respectivos contratos de prestação de serviços. As falsificações em causa são respeitantes às datas de celebração dos contratos e foram descobertos pela data de água do

papel selado, pelo respectivo imposto de selo e pela própria designação do Sindicato. Qualquer desses elementos não estão de acordo com a data inscrita no contrato, o que leva a presumir ter havido um processo de falsificação deliberado.

Relacionado ainda com o mesmo assunto foi decidido proceder disciplinarmente, junto da Comissão Disciplinar do Sindicato, contra a anterior Direcção bem como contra uma associada testemunha na feitura dos Contratos. Por igual motivo, três empregados do Sindicato foram convidados a esclarecer pormenorizadamente, tais documentos.

JORGE AGUIAR READMITIDO NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS

*** Fora despedido «sem justa causa» pela anterior direcção do Sindicato**

A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas decidiu reintegrar o trabalhador Jorge Aguiar nos seus quadros de pessoal, o qual retomou as suas funções como Chefe do Contencioso no passado dia 1 de Dezembro. Esta deliberação da direcção vem na sequência do anteriormente decidido em Assembleia Geral do sindicato: «Que seja expressamente reconhecido o despedimento do trabalhador do sindicato Jorge Aguiar, efectuado pela anterior direcção, como um despedimento incorrecto e abusivo, impróprio de trabalhadores ou de quem se dizia representá-los.

«Que a direcção do sindicato resolva com o trabalhador em causa o assunto extrajudicialmente, quer pela sua automática readmissão quer pelo pagamento das indemnizações a que o mesmo tem legitimamente direito.

«Que esta Assembleia manifeste o seu repúdio pela linha político-sindical partidária e de traição que determina tais actos e que era seguida pela anterior direcção, dando-lhe um voto de censura».

O caso Jorge Aguiar, que tanta tinta fez correr, terá sido o primeiro sintoma das lutas entre várias linhas sindicais, ainda mesmo no tempo do fascismo. Admitido no

sindicato em 1971, viria a ser despedido, sem justa causa, em Setembro de 73. As razões que a direcção de então apontou para justificar tal procedimento nunca foram provadas. Pelo contrário, a principal acusação que lhe era feita — a de que teria utilizado abusivamente 10 000 escudos — viria inclusiva a ser categoricamente desmentida numa das últimas AGs do sindicato. Na verdade, a única e verdadeira razão foi de ordem política e ideológica, enquanto a causa próxima terá sido o aumento do horário de trabalho dos empregados do sindicato, decretado pela direcção de então, que justificava a sua necessidade devido ao aumento do horário dos bancários, por força do Contrato Colectivo de Trabalho em negociação. Contra tal medida se insurgiu de imediato Jorge Aguiar, secundado pelos trabalhadores do sindicato e por grande número de associados. Nessa altura, os funcionários do sindicato já haviam estruturado uma Comissão de Trabalhadores da qual fazia parte Jorge Aguiar.

Convocada uma Assembleia Geral especialmente destinada à discussão do despedimento sem justa causa do chefe do contencioso, esta prolongou-se por três sessões. «convenientemente» es-

pacejadas de cinco meses e meio... Após se ter escamoteado o problema e se ter recusado o mais elementar direito de defesa ao «réu», a classe considerou o problema da competência da direcção — tendo sido esta a única saída viável para tão complexa situação. (Terá sido, talvez, esta a causa por que os actuais estatutos do sindicato dos bancários estabelecem com particular clareza que a decisão sobre o despedimento de trabalhadores do sindicato é da competência dos sócios e não da direcção).

O trabalhador em questão, antifascista de sempre, tentou resolver o diferendo por meios extrajudiciais. Contudo, face à completa intransigência da direcção do sindicato, Jorge Aguiar viu-se obrigado a pôr uma acção em tribunal, que viria a ser sucessivamente amnistiada pelas «acções de clemência» de Marcelo Caetano e António de Spínola. Mais recentemente, já no decurso do mandato da actual direcção, Jorge Aguiar levantou uma acção-crime por difamação contra o ex-dirigente José Abreu que, numa das últimas assembleias gerais do sindicato voltou a acusá-lo de ter utilizado abudivamente os tais 10000\$00. Também esta acção foi amnistiada, desta feita pelo VI Governo.

Desempregado durante 21 meses, viu ser-lhe recusado emprego em várias empresas e sindicatos. O único que o admitiu foi o Sindicato dos Continuados e Porteiros, apesar dos ataques violentos e históricos da Intersindical...

Readmitido finalmente nos quadros do pessoal do Sindicato dos Bancários e uma vez pagas as prestações remuneratórias vencidas correspondentes ao tempo em que esteve desempregado, pode dizer-se que finalmente foi feita justiça a Jorge Aguiar. E para que não restem dúvidas sobre o carácter profundamente arbitrário da decisão da antiga direcção dos bancários, passamos a transcrever um memorando manuscrito relativo a uma reunião daquela direcção sobre o despedimento de Jorge Aguiar e Fátima Nobre:

«Toda a direcção aceitou o afastamento da Fátima e do Aguiar. Aceitou também o princípio de que a verdadeira razão do afastamento da Fátima é o facto de ela ser ideologicamente afastada da maioria da direcção, com ligação com um grupo de que o Aguiar faz parte, também afastado da direcção».

O memorando está assinado pelos conhecidos dirigentes sindicais Daniel Cabrita e Antero Martins e pelo dr. Moita Barbosa, ao tempo consultor jurídico do sindicato

Mais comentários para quê?

REINTEGRAÇÃO DE UM FUNCIONÁRIO

no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Jorge Aguiar, trabalhador do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas Adjacentes, foi reintegrado no seu posto.

A decisão pertence à actual Direcção do referido Sindicato, de acordo com a vontade da assembleia geral que determinou «que seja expressamente reconhecido o despedimento do trabalhador do Sindicato Jorge Aguiar, efectuado pela anterior Direcção, como um despedimento incorrecto e abusivo, impróprio de trabalhadores ou de quem se dizia representá-los».

3 D DEZ. 1975

Assistência médica para bancários

A partir do próximo dia 1 de Janeiro pas-

a partir de 1 de Janeiro

sam a funcionar, embora provisoriamente e até que se constitua o Serviço Nacional de Saúde, os serviços de assistência médico-social para os trabalhadores bancários, classe que até ao momento não tem tido qualquer tipo de assistência médica, tendo por isso de recorrer à medicina privada.

Numa reunião geral de delegados sindicais com a direcção dos bancários do distrito do Porto, realizada ontem à noite, aqueles receberam já os estatutos, regulamentos e «senhas de consultas» desses serviços de assistência, do qual vão dar conhecimento, a partir de hoje, nos seus locais de trabalho. Assinale-se que esses serviços terão uma participação da ordem dos três por cento sobre os vencimentos mensais por parte da banca.

Entretanto, na mesma reunião — em que compareceram mais de uma centena de delegados da zona norte — foi salientado que a comissão de nivelamento do Ministério das Finanças vai funcionar a pedido deste ministério, com vista a esclarecer possíveis «interpretações dúbias» entre a classe. Foi igualmente tratado o caso do caderno reivindicativo do pessoal auxiliar, tendo-se frisado que se pretende acabar com tal designação e incluí-lo no quadro de pessoal de carteira (na letra G 1), com o ordenado mensal de sete mil escudos e outras regalias.

DELEGADOS SINDICAIS DOS BANCÁRIOS REUNIRAM

No salão da Cooperativa do Povo Portuense, nesta cidade, decorreu durante toda a tarde de ontem, uma reunião geral de delegados sindicais com a direcção do Sindicato dos Bancários do Norte, tendo em vista, não só o prestar de diversas informações mas ainda o esclarecimento sobre o modo de funcionamento dos Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

Durante o período denominado de «informações», os dirigentes sindicais prestaram esclarecimentos sobre o caderno reivindicativo dos JKL (pessoal auxiliar), aludindo que se pretende acabar com esta designação e incluir o mesmo no quadro de pessoal de carteira, incorporando na letra G.1.º, com o ordenado mensal de sete mil escudos, para além do mais.

A Comissão de Nivelamento do Ministério das Finanças seria outro dos pontos abordados durante a reunião, que teve a presença de mais de uma centena de delegados sin-

dicais da zona norte do País, esclarecendo-se que a mesma irá funcionar a pedido do citado Ministério tendo em vista um aperfeiçoar de aspectos que poderão porventura suscitar interpretações dúbias no seio da classe.

Entretanto, e no que se refere aos Serviços de Assistência Médico-Social, todos os delegados sindicais presentes receberam os estatutos, regulamentos e «senhas de consultas», sendo certo que a partir de 1 de Janeiro próximo o mesmo funcionará provisoriamente até que se constitua o Serviço Nacional de Saúde e os trabalhadores bancários venham a ser abrangidos pelo mesmo, já que, até ao momento, não têm tido qualquer tipo de assistência médica, recorrendo por isso mesmo, à medicina privada.

Estes Serviços de Assistência Médico-Social dos bancários terão uma participação de 3% sobre os vencimentos mensais por parte da banca.

ADMINISTRAÇÃO DA BANCA:

ALTERAÇÕES PARA 1976

Bancos nacionalizados vão ter novas comissões administrativas. As novas comissões não foram nomeadas, mas sabe-se que se encontra avançado o processo de composição. A substituição provavelmente não será total.

O Ministério das Finanças pediu aos sindicatos bancários a indicação de nomes para integrarem as referidas comissões. Os sindicatos não aceitaram o processo. Em consequência desta recusa, caberá às estruturas sindicais pronunciarem-se sobre nomes avançados pela Administração. Virá então a nomeação.

Espera-se uma alteração substancial — mas não total — na linha político-sindical até aqui hegemónica nas comissões administrativas da banca nacionalizada.

As comissões administrativas terão papel de relevo na economia portuguesa em 1976. A reestruturação da banca nacionalizada começará por certo no ano em que vamos entrar. E a gestão da banca põe problemas importantes: as contas de exploração

devem revelar resultados pessimistas, imputáveis, nomeadamente ao aumento da massa salarial e ao acréscimo do preço do dinheiro para a banca — pois os empréstimos do Banco Central são mais caros que os juros do depósito à ordem. E estes não crescem. Pelo contrário.

Por outro lado, a execução da nova política monetária e financeira exigirá à banca um esforço significativo.

Nos últimos dias — o que a confirmar-se será uma boa notícia — aumentou o afluxo de depósitos à banca vindos do sector privado (empresas e indivíduos). Ainda que assim seja, as comissões administrativas da banca vão ter em 1976 muito que fazer.

JORNAL DO
COMERCIO

31 DEZ. 1975

Lisboa